Usina de energia

» ADRIANA BERNARDES

Apesar do atraso na licitação para início das obras do aterro de Samambaia, o governador Rogério Rosso (PMDB) anunciou ontem a intenção de ampliar o projeto construindo uma usina de energia no Aterro Sanitário do Distrito Federal. A obra será feita por meio de Parceria Público Privada (PPP). As empresas interessadas deverão apresentar o projeto e arcar com todos os custos de construção e implantação do projeto. Em troca, ganham o direito de explorar o serviço.

Em viagem à Europa na última semana, Rosso conheceu a usina da cidade de Amsterdã (Holanda), que reaproveita 99% dos resíduos coletados diariamente. "Metade vira energia e a outra parte é transformada em asfalto e calçada. Perde-se apenas 1%", relatou. Os custos para a implantação de uma unidade chegam a £$ 350, investimento que deve ser recuperado já em dois anos de operação, segundo Rosso.

Razoabilidade

Ao ser questionado sobre a ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público em função de o GDF ter suspendido a interdição de faculdades particulares que foram fechadas, em junho, pela Agência de Fiscalização em virtude de funcionarem sem alvará, o governador foi breve. "Ainda não fui notificado. Mas agi motivado pela razoabilidade. As escolas já tinham liminares garantindo o funcionamento", explicou. "O objetivo era garantir a normalidade das aulas, além de possibilitar a realização do vestibular de uma das maiores universidades particulares do DF. O despacho baseou-se no interesse público e no bem estar social (Lei Federal nº 9.784/99)", resumiu.

Ao fazer um balanço da viagem à Europa, Rosso falou sobre as negociações do empréstimo com a Agência Francesa para o Desenvolvimento para a construção do Veículo Leve sobre Trilho (VLT). "A parceria foi mantida. Agora temos até 2 de setembro para que o Senado avalize a negociação", comentou. O empréstimo de R$ 330 milhões, aproximadamente, estava suspenso por conta da crise política desencadeada pela operação Caixa de Pandora, no fim do ano passado.

Melhoria dos serviços

O projeto da parceria público-privada foi implementado pelo governo Lula em 2004. Alguns exemplos de obras que podem ser realizadas por meio das parcerias são a construção de vagas prisionais e de leitos hospitalares. Os acordos são guiados por limitações dos fundos públicos para cobrir os investimentos necessários, mas também dos esforços para aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos.

Maria Raimunda Sousa Nunes vive de separar latas, garrafas e papéis

Política de Resíduos Sólidos

» Os resíduos sólidos são classificados como urbanos (gerados por residências, domicílios e estabelecimentos comerciais); industriais; de serviço de saúde; rurais ou especiais — aqueles que, por seu volume e grau de periculosidade, requerem procedimentos diferenciados, como o entulho

» Cabe ao DF e aos municípios a gestão dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios

» A contratação de serviços terceirizados não isenta a responsabilidade do gerador pelos danos que vierem a ser provocados

» Os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos

» Compete ao gerador de resíduos sólidos a responsabilidade pelo volume gerado, compreendendo as etapas de acondicionamento, coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos

» Cabe ao consumidor acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração. Após a utilização do produto, o consumidor deve disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para coleta

» Ficam proibidas as seguintes formas de disposição final de rejeitos: lançamento nos corpos hídricos e no solo, de modo a causar danos ao meio ambiente, à saúde pública e à segurança; queima a céu aberto ou em locais não licenciados para essa finalidade